



Campus Cerro Largo oferece capacitação em software de análise estatística

As inscrições, que vão até o dia 17 de maio, são gratuitas e abertas ao público

Estão abertas as inscrições para o curso de “Software R: capacitação em análise estatística de dados usando um software livre”. As inscrições devem ser feitas pelo endereço eletrônico da bolsista do projeto de Extensão, Djaina Rieger: djaina.rieger@outlook.com, até o dia 17 de maio.

O projeto tem como objetivo qualificar a comunidade acadêmica e regional quanto à utilização de recursos de análise estatística para que possam utilizar nas atividades profissionais ou de pesquisa e ensino.

As aulas do curso serão ministradas na Sala 408 do Bloco A da UFFS – Campus Cerro Largo, das 17h às 21h, no dia 25 de maio

e durante o mês de junho, nos dias 1º, 5, 8 e 12.

O curso é de nível básico e vai abordar os seguintes módulos: Estatística descritiva; Intervalo de confiança e teste de hipótese para comparação entre duas amostras; Teste de qui-quadrado; Análise de correlação e regressão. No próximo semestre, segundo os organizadores do curso, será oferecido nível avançado para quem fez o básico ou que já tenha tido contato com o Software R.

As 30 vagas oferecidas estão disponíveis para o público em geral e a capacitação é gratuita. A certificação é de 40 horas.

Informações podem ser obtidas pelo e-mail informado.

Professor é convidado pela ONU para compor grupo de especialistas em desenvolvimento urbano

Em entrevista, professor do curso de Ciências Sociais do Campus Chapecó, Christy Ganzert Pato, explica a sua participação

Desde 2014 participando de fóruns e espaços de discussões sobre desenvolvimento urbano, o professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó, Christy Ganzert Pato - depois de integrar a delegação oficial do Brasil na III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, realizada em Quito, em setembro de 2016 - foi recentemente convidado pela ONU para integrar uma comissão de especialistas que auxiliará a CEPAL na formulação de um Plano de Ação Regional para a América Latina e Caribe, relativo à implementação da Nova Agenda Urbana da ONU. Na entrevista abaixo, o professor explica os motivos da sua participação, os debates travados sobre o tema e como as cidades devem incorporar a Nova Agenda Urbana.

UFFS – Campus Chapecó: Como se deu o convite para integrar essa comissão de especialistas encarregados de auxiliar a ONU?

Christy Ganzert Pato: Em 2014 eu participei, como integrante da Delegação da Prefeitura de São Paulo, do Fórum Mercocidades. A rede, fundada há 22 anos, congrega cerca de 320 governos locais de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Equador, Peru e Colômbia, totalizando pouco mais de 120

milhões de habitantes em seus territórios. Infelizmente, em Santa Catarina apenas as cidades de Florianópolis, Joinville e São Bento do Sul integram a rede. No Rio Grande do Sul temos 18 cidades integrando a rede e no Paraná outras 5. Uma das finalidades da rede é promover o intercâmbio de experiências e projetos, bem como incentivar o protagonismo das cidades dentro da estrutura do Mercosul, firmando parcerias, convênios e demais mecanismos de cooperação econômica, cultural e de intercâmbio técnico. Quando assumi a Presidência da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, em 2015, fui indicado pelo Presidente da Câmara como o ponto focal da Câmara nas discussões que então se iniciavam no âmbito de uma nova rede de cooperação, denominada MSur, que pretendia agregar não apenas os representantes dos poderes executivos das cidades do Mercosul, mas também representantes dos poderes legislativos. Participei então de uma série de encontros e fóruns, realizados no Equador, Uruguai, Chile e Brasil, colaborando na formulação de diretrizes comuns a serem enfrentadas pelas cidades da região. Ao final de 2015 firmamos um Termo de Cooperação Técnica entre a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL). Em outubro de 2016, em Quito, teríamos então a tão aguardada

III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, mais conhecida como Habitat III. Ainda que eu não tivesse participado das conferências preparatórias da Habitat III, já há anos participava ativamente de fóruns nos quais várias das questões que foram incorporadas na Nova Agenda Urbana eram debatidas. Em função disso fui convidado pela Prefeitura Municipal de São Paulo a integrar a delegação do município. Ao mesmo tempo, dado o espírito da Habitat III, de deslocar para os entes subnacionais o protagonismo frente aos novos desafios colocados ao desenvolvimento urbano, fui também convidado a integrar a delegação oficial do Brasil na III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, na condição de um dos poucos representantes de poderes legislativos locais. Creio então que o convite para esta comissão surgiu em função da minha participação e colaboração acumuladas nesses últimos 3 anos. Acompanhei de perto as discussões técnicas realizadas nos vários organismos internacionais e conheço bem os dilemas de gestão a serem enfrentados pelas cidades. Este grupo de 8 especialistas latino-americanos, para o qual fui convidado, está encarregado de auxiliar a CEPAL na formulação de um Plano de Ação Regional para a América Latina e Caribe, relativo à implementação da Nova Agenda Urbana da ONU, mais especificamente com o tema "marcos legais urbanos melhores e mais transparentes"

Qual a importância dessas discussões para as cidades e para o país?

A primeira conferência da ONU a abordar seriamente o tema da urbanização ocorreu em 1976, em Vancouver, no Canadá. Esta conferência ficou conhecida como Habitat I, e a partir dela a UN-Habitat (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos) passou a contar com um arranjo institucional próprio, não mais subordinado ao PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Em 1996, vinte anos depois da primeira conferência da Habitat, foi realizada em Istambul, Turquia, a segunda conferência, conhecida como Habitat II. Nesta conferência, o balanço sobre os avanços nas políticas de urbanização sustentável levaram à construção dos parâmetros que, 4 anos depois, embasariam a pactuação dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), acordados por todos os países membros da ONU em 2000. Em 2002, a Assembleia Geral da ONU elevou a Habitat à condição de Programa do Sistema das Nações Unidas, assumindo então o formato institucional atual. Com uma estrutura mais robusta, a UN-Habitat passou a contar também com parceiros sub-nacionais, como cidades e províncias.

A importância do tema tratado pela UN-Habitat foi tomando corpo dentro do sistema ONU, pois os objetivos de erradicação da pobreza, de melhoria nos índices de educação e saúde, de proteção ao meio-ambiente, de mitigação dos efeitos de alteração climática, etc., cada vez mais passaram a ter o território como premissa epistêmica. Tal acúmulo de novas perspectivas de desenvolvimento assentadas no território levaram à pactuação (na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em NY em 2015) dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), em substituição aos ODMs. No mesmo ano de 2015, em paralelo, ocorreram várias conferências prepa-



ratórias para a Habitat III, realizada em Quito no ano passado. O que melhor denota a importância dessas discussões para as cidades é, portanto, a premissa já largamente incorporada pela ONU de que a efetividade na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável depende integralmente do território. Como bem resumiu o então Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon, em sua fala de abertura da Habitat III: hoje, quem está na linha de frente do combate aos problemas cotidianos de nosso modo de viver não são mais os dirigentes dos Estados-Nação, mas os prefeitos e representantes locais, e, portanto, a cidade deve ser nossa trincheira de atuação.

Como o Plano de Ação Regional para a América Latina e Caribe conseguirá ter formulações que contemplem cidades e regiões distintas e que, obviamente, têm peculiaridades?

Todos os 175 compromissos pactuados no documento intitulado Nova Agenda Urbana, aprovado por unanimidade na Habitat III, já tiveram que enfrentar, logo de saída, essa questão. Os princípios foram formulados a partir das inúmeras experiências locais tidas como exemplares e passíveis de serem transladadas a outras realidades. Tomemos, por exemplo, o princípio 137 da Nova Agenda Urbana, que eu considero um dos mais importantes: todos os países se comprometem a promover "as melhores práticas de captura e partilha do incremento no valor da propriedade e da terra

resultantes de processos de desenvolvimento urbano, de projetos de infraestrutura e de investimentos públicos. Medidas como políticas fiscais relacionadas aos ganhos poderão ser implementadas, conforme a necessidade, para evitar a sua captura exclusivamente privada, bem como a especulação imobiliária e fundiária". Em outras palavras, se um governo local promove alguma intervenção urbana, tal como a criação de um parque numa área central, é claro que teremos a imediata valorização de todos os imóveis e terrenos vizinhos ao parque. O que o princípio pactuado tem como premissa é muito simples: é justo que um investimento público se converta em valorização exclusiva de determinados imóveis e terrenos? O investimento público já melhora, por definição, as próprias condições de vida daquele bairro. É justo que ainda por cima os moradores se beneficiem de um ganho patrimonial decorrente do investimento público? Como fazer para que parte desses ganhos patrimoniais seja revertida como benefício a outras áreas da cidade, carentes de investimentos públicos? O que o Plano de Ação Regional para a América Latina pretende é apenas delimitar de forma mais estratégica quais os princípios a serem almejados primeiro, com vistas a pavimentar o alcance dos demais princípios e objetivos do desenvolvimento urbano sustentável.

Embora sejam seis eixos de ação, eles devem se interligar. Mas, qual o ponto inicial? Qual deve ser o primeiro olhar das cidades buscando o desenvolvimento sustentável?

Aqui talvez você encontre de forma mais nítida a resposta à sua pergunta anterior. Em nossa primeira reunião, realizada há três semanas, talvez o primeiro ponto de divergência a sobressair entre os oito integrantes do grupo de especialistas convidados pela ONU tenha sido justamente com relação ao ponto inicial a conduzir a implantação da Nova Agenda Urbana segundo cada realidade territorial. É um debate bastante interessante e creio que ainda teremos algumas boas conversas sobre o tema.

Quais os entraves para que a Nova Agenda Urbana seja aceita e implantada nos territórios?

Esse é o ponto sobre o qual eu me debruço, desde que fui convidado a participar dos primeiros fóruns da rede Mercocidades. O grande problema do sistema ONU é a completa ausência de mecanismos de enforcement, à exceção das matérias relativas ao Conselho de Segurança. Se um país não seguir as recomendações que ele mesmo concordou em cumprir não há qualquer mecanismo punitivo. Se, por exemplo, eu deixar de promover mecanismos de captura e partilha das valorizações de propriedade decorrentes do investimento público, qual será minha punição? Nenhuma. Sobre esse tema, minha visão, a qual eu já debati na Unasul (União de Nações Sul-Americanas) e na CEPAL, é a de que precisamos criar mecanismos que internalizem os ODSs à lógica eleitoral. Qual a régua objetiva que um eleitor tem para aferir se determinada política pública é ou não a mais adequada para enfrentar os desafios colocados para o século XXI? Nenhuma. Se um candidato A diz que tal política pública é boa, e um candidato B diz que ela é ruim, a única régua disponível para a decisão do eleitor é a mera afinidade ideológica com tal ou qual candidato, e não a avaliação objetiva sobre as consequências programáticas de um e de outro. O universo das políticas públicas, ademais, é extremamente complexo e cheio de problemas contraintuitivos (por exemplo, a

demonstração científica de que a diminuição da velocidade máxima de uma via congestionada aumenta sua velocidade média). Como fazer, portanto, para que as políticas públicas decorrentes dos princípios adotados na Nova Agenda Urbana saiam vitoriosas dentre as disputas dos pleitos municipais, ainda mais quando seus resultados são de longo prazo - longe, portanto, do escopo da perversa lógica de curto prazo que pauta os processos eleitorais? Precisamos, pois, de sistemas confiáveis de indicadores municipais, os quais podem ser facilmente parametrizados em função dos ODSs e levados ao eleitor de forma transparente e didática, permitindo-lhe entender melhor as consequências de cada escolha política. E aqui entra o papel fundamental das universidades e centros de pesquisa que, ao criarem observatórios de políticas públicas, sejam capazes de sistematizar esses dados e levá-los a público. Mas aí caímos também num problema circular: muitos municípios sequer seguem princípios de transparência da informação ou mesmo possuem quadros técnicos capazes de produzir e sistematizar a miríade de dados municipais.

Como cidades como Chapecó podem implementar essa nova agenda urbana? Qual(is) seria (m) o (s) primeiro (s) passo(s)?

O primeiro passo é que a cidade se aproprie do documento. O prefeito, seus secretários, os vereadores, os jornais locais, os comentaristas, os formadores de opinião e, claro, a universidade, todos devem transformar os princípios da Nova Agenda Urbana em pauta pública. O que eu quero dizer com isso é o seguinte: tome-se, por exemplo, o tema da violência urbana. Se nenhum jornal, nenhum vereador, nenhum âncora de programa de televisão, se absolutamente ninguém debatesse publicamente a questão da violência, ela se tornaria uma prioridade? O agenciamento e na formulação de políticas públicas? Chapecó passou recentemente por debates acerca de seu Plano de Mobilidade. Olhando o documento final aprovado pela Câmara, notei que a maior parte das questões levantadas pela Nova Agenda Urbana não estão contempladas no Plano aprovado. Felizmente ele deverá ser revisado em cinco anos. Eis, pois, uma boa oportunidade para que o debate seja reaberto de forma a já incorporarmos os princípios definidos na Nova Agenda Urbana. Um outro passo importante é internalizar os conceitos da Nova Agenda Urbana junto ao corpo técnico da Prefeitura. Como podemos cobrar da Prefeitura a construção de novos marcos legais e novos projetos se seu corpo técnico também não estiver em sintonia com a Nova Agenda Urbana? E quando digo estar em sintonia não me refiro apenas a ter cursos de capacitação para os quadros da Prefeitura (outra frente importante de colaboração a ser desempenhada pela Universidade). Me refiro a coisas mais simples, relativas ao dia a dia de operação de uma política pública. Se você é um técnico operando na ponta de uma política de habitação, por exemplo, você estará acostumado a operar com determinados indicadores e metas. Mas como saber se esses instrumentos de avaliação estão permitindo atingir ou não os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável? Nós precisamos reorganizar por completo nossos indicadores municipais, com bases de dados disponíveis em formato aberto, que permitam à sociedade civil também manipular esses dados, e com metodologias e ponderações que os aproximem das medições necessárias para a consecução dos objetivos da Nova Agenda Urbana.

NEABI promove debate sobre interculturalidade no Campus Erechim

Serão utilizados textos de referência dos professores Boaventura de Souza Santos e Nietta Monte

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) da UFFS – Campus Erechim realizará, na próxima quinta-feira (18), sua segunda reunião de trabalho em 2017. As reuniões promovidas pelo Núcleo são dedicadas ao acompanhamento das ações e dos projetos propostos e ao debate de alguns conceitos e ideias-chave para sua atuação no Campus Erechim, entre elas a interculturalidade, que foi adotada como tema norteador para os debates deste ano.

Segundo o coordenador do NEABI, Paulo Ricardo Muller, este tema foi escolhido porque é uma expressão frequentemente utilizada para se referir à inserção na universidade de populações socialmente marginalizadas, especialmente indígenas e negras. “Algumas universidades têm cursos 'interculturais' de Graduação com ingresso exclusivo de alunos indígenas, por exemplo. Por ora, a intenção do NEABI é promover discussões sobre esta expressão que levem a uma avaliação das possibilidades de implementação da interculturalidade na

UFFS, seja na forma de turmas, de cursos, de grupos de estudo ou outras que surtirem ao longo deste processo”, explica.

A atividade será realizada no Auditório do Bloco A, a partir das 16h30. Os textos que serão usados como referência são “Para além do pensamento abissal”, de Boaventura de Souza Santos, e “Os outros, quem somos? Formação de professores indígenas e identidades interculturais”, de Nietta Lindenberg Monte. Não há necessidade de fazer inscrição prévia.

Sobre o NEABI

O NEABI tem como finalidade dinamizar a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a superação de discriminação étnico-racial, por meio da valorização das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e indígenas no Brasil.

Em agosto de 2016, a Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis (CGAE) do Conselho Universitário da UFFS publicou a

Resolução Nº 4/2016, a qual aprova o Regulamento Geral do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI), atendendo a legislação que propõe e regula a inserção destes temas no âmbito das instituições de ensino brasileiras, mais especificamente a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

O Núcleo do Campus Erechim já tem um cronograma de encontros marcados até o final do ano: 28/6, 10/8, 27/9, 19/10, 8/11 e 7/12. Os locais e horários serão divulgados previamente na Agenda do Campus (www.uffs.edu.br > Erechim > Agenda de Eventos).

“Além dos encontros e debates, estamos planejando um seminário interno para congregar diferentes iniciativas de abordagem da questão étnico-racial, chamando os proponentes a apresentar e compartilhar suas experiências de estudo, pesquisa, extensão, ações culturais, intervenções artísticas, entre outras”, destaca Muller.

Campus Laranjeiras do Sul convida comunidade acadêmica e regional para etapa da II COEPE

A Conferência norteará as atividades da UFFS nos próximos anos

Na terça-feira (23), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Laranjeiras do Sul realiza mais uma etapa da II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). O evento, que acontecerá no Bloco A e Bloco de Docentes/Administrativo do Campus, das 19h às 22h30, deve reunir acadêmicos, professores e técnicos-administrativos da Instituição, além da comunidade regional.

Durante a Conferência serão debatidos temas vinculados a seis dos doze fóruns temáticos, definidos pela comunidade acadêmica e regional durante a Conferência Preparatória para a II COEPE, realizada em outubro de 2016 no Campus Laranjeiras do Sul.

Na terça-feira (23), ocorrerão os fóruns temáticos: Reforma Agrária, Agricultura

Familiar e Agroecologia; Consolidação e Expansão da UFFS; Direitos Humanos e Cidadania; Educação Básica; Mobilidade Acadêmica e Internacionalização; Política Pública, Economia e Desenvolvimento Regional.

A terceira etapa das discussões está marcada para 07 de junho, na qual serão abordados os fóruns: Educação do Campo, Educação Popular e Democrática; Inclusão e Ações Afirmativas; Integração Acadêmica, Currículo e Interdisciplinaridade; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social; Interfaces Cidade-Campo-Universidade: Juventude e Vida Acadêmica.

A diretora do Campus Laranjeiras do Sul em exercício, Katia Seganfredo, comenta que “com a realização da II COEPE

a UFFS entra em um processo de discussão, envolvendo a comunidade acadêmica e regional, a fim de definir e reestruturar os rumos que nortearão as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão nos próximos cinco anos. Esse processo iniciou-se em outubro de 2016, quando realizamos a Conferência Preparatória para a II COEPE, na qual definimos os fóruns temáticos que embasarão as discussões nos dias 23 de maio e 7 de junho”.

A diretora destaca ainda que “a UFFS tem o perfil e a característica de promover a participação da população em todos os seus segmentos e instâncias deliberativas. Por isso, é fundamental que as comunidades acadêmica e regional estejam presentes nestes momentos, apresentem sugestões e demandas e discutam esses

temas que nortearão todo o trabalho da Instituição nos próximos anos. Além disso, o momento é importante para avaliarmos o trabalho realizado até o momento e organizarmos o planejamento daquilo que ainda precisa ser trabalhado. Por isso, reforçamos o convite para que toda comunidade acadêmica e regional participe das discussões”, conclui Katia.

Os fóruns temáticos são abertos para

todas as pessoas, inclusive representantes de instituições. Cada participante poderá optar por participar dos fóruns de acordo com as temáticas de seu interesse. As inscrições podem ser feitas na hora, no local do evento.

COEPE

A Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE) é um evento que

visa promover e fortalecer os espaços de participação da comunidade acadêmica e regional na definição das políticas, diretrizes e ações que devem orientar o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura da UFFS.

A realização da II COEPE fortalece os princípios norteadores que deram origem à UFFS, fortalecendo a participação social, a democracia e a cultura da avaliação e do planejamento.

Professor do Campus Passo Fundo participa de projeto de caracterização de novos vírus brasileiros

Artigo revela detalhes da estrutura molecular de novos vírus encontrados no Brasil

Já é de senso comum que no mundo da ciência a colaboração entre pesquisadores de diferentes instituições de pesquisa é fundamental. Quando se trata de um campus em formação, esta colaboração se torna ainda mais importante. E foi através de um esforço colaborativo intenso entre a UFFS, a Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto-SP), o Instituto Evandro Chagas (Belém-PA), a University of Texas Medical Branch (Galveston-TX, USA) e a University of Glasgow (Glasgow-UK) que o grupo de pesquisadores do qual o professor Gustavo Olszanski Acrani, do curso de Medicina do Campus Passo Fundo faz parte, publicou um artigo no qual descrevem pela primeira vez as características moleculares de novos vírus brasileiros.

No artigo intitulado “Characterization of the Bujaru, Frijoles and Tapara antigenic complexes into the Sandfly fever group and two unclassified phleboviruses from Brazil”, publicado no periódico britânico *Journal of General Virology*, o grupo reve-

la pela primeira vez o genoma completo e a organização molecular de oito novos vírus brasileiros.

O esforço conjunto dos pesquisadores permitiu que em pouco tempo estes vírus, que haviam sido isolados em diferentes momentos nas décadas de 60 a 80, pudessem ser caracterizados e identificados molecularmente pela primeira vez através de sequenciamento de última geração, testes sorológicos e análises de bioinformática.

Segundo Acrani, estes vírus, que pertencem ao gênero Phlebovirus, da família Phenuiviridae (Bunyivirales), possuem três moléculas de RNA circular como genoma, são encontrados em carrapatos e mosquitos e foram isolados primeiramente no Norte do Brasil. “Esta é uma grande ordem de vírus conhecida, com mais de 350 espécies diferentes descritas. Apesar de os vírus do gênero Phlebovirus terem uma alta importância em saúde pública, por serem transmitidos principalmente por mosquitos e carrapatos para o homem e animais



e causarem doenças febris agudas e encefalites, suas características moleculares são pouco conhecidas”, afirma.

Para o professor, um dado importante mostrado no estudo comprova relatos anteriores de que o rearranjo das três moléculas de RNA do genoma de diferentes vírus deste gênero pode ser um importante mecanismo evolutivo de geração de diversidade e novas espécies virais, “o que ressalta a importância de estudos moleculares de análise dos genomas virais”. Os esforços do grupo agora são para determinar o potencial patogênico destes novos vírus, o espectro de espécies de vertebrados que eles podem infectar e a distribuição dos vírus no território nacional. “A caracterização molecular destes vírus é o passo fundamental para a avaliação do potencial risco de infecção destes agentes”, diz Acrani.

Curso de Medicina Veterinária promove I Ciclo de palestras e minicursos

Evento contempla as áreas de Videocirurgia Veterinária em pequenos animais e Clínica Médica de equinos

O curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Realeza promove o I Ciclo de pa-

lestras e minicursos. O evento será realizado no período de 7 a 11 de junho e contempla as áreas de Videocirurgia Veterinária

em pequenos animais e Clínica Médica de equinos. A atividade é organizada pelo Diretório Acadêmico de Medicina Veteri-

nária (DAMVET) e a Coordenação do curso.

As inscrições para participação nas palestras são gratuitas e para os minicursos têm custo de R\$ 30,00 a R\$ 80,00, dependendo da especialidade. Os interessados devem preencher os formulários de inscrição disponíveis no Facebook do DAMVET: Diretório Acadêmico Medicina Veterinária – UFFS.

As palestras e os minicursos serão ministrados por professores da UFFS, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). As atividades serão ministradas no Campus Realeza.

De acordo com o DAMVET-UFFS, o evento é uma preparação para a Semana Acadêmica de Medicina Veterinária, que será realizada no período de 28 de agosto a 1º de setembro.

Confira a programação completa do evento

De 7 a 9 de junho, das 19h às 22h15

Palestras e minicursos em Videocirurgia em pequenos animais

7 de junho

Palestra: Introdução à videocirurgia: conceitos e aplicações (Profa. Dra. Fabíola Dalmolin – UFFS) - Horário: das 19h às 22h15

Palestra: Introdução à anestesia em videocirurgia (Profa. Dra. Gabrielle Freitas – UFFS) - Horário: das 19h às 22h15

8 de junho

Minicurso: Aplicações diagnósticas da videocirurgia (Prof. Dr. Maurício Veloso Brun – UFSM) – 50 vagas

Minicurso: Ovariectomia e ovário-histerectomia laparoscópica (Prof. Me. João Pedro Scussel Feranti – UFSM) – 50 vagas

Minicurso: Anestesia para videocirurgia (Profa. Dra. Marília Teresa de Oliveira – UNIPAMPA) – 50 vagas

9 de junho

Palestra: Utilização de células-tronco no transplante de vesícula urinária (Prof. Dr. Saulo Tadeu Lemos Pinto Filho – UFSM) Horário: das 9h30 às 10h20

Minicurso: Videocirurgias no aparelho urinário (Prof. Dr. Maurício Veloso Brun – UFSM) – 50 vagas

Minicurso: Aplicações da laparoscopia em grandes animais (Prof. Me. João Pedro

Scussel Feranti – UFSM) – 50 vagas

Minicurso: Videocirurgias glandulares (Prof. Dr. Maurício Veloso Brun – UFSM) – 50 vagas

Obs.: Palestras gratuitas e minicursos no valor de R\$ 30,00.

Palestras e minicursos em Clínica Médica de equinos

Dias 10 e 11 de junho, das 8h às 17h30

10 de junho

Palestra Clínica Médica de equinos – Assuntos abordados: Fisiologia da cicatrização; principais complicações; tratamentos convencionais e terapia celular no tratamento de feridas; confecção do PRP-gel. (Profa. Dra. Roberta C. da Fontoura Pereira – UNIJUÍ) – 50 vagas

11 de junho

Minicurso Clínica Médica de Equinos – Assuntos abordados: Exame físico geral e específico do sistema digestório; sondagem nasogástrica; confecção de talas, bandagens, curativos e gessos. (Profa. Dra. Roberta C. da Fontoura Pereira – UNIJUÍ) – 15 vagas

Obs.: Palestra no valor de R\$ 30,00 e minicurso no valor de R\$ 80,00.

Campus Laranjeiras do Sul: Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável seleciona candidatos

Período para inscrições segue até dia 22 de maio

Foi publicado o Edital N° 448/GR/UFFS/2017, retificado pelo Edital N° 459/GR/UFFS/2017, referente ao processo seletivo de candidatos às vagas no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR), ofertado pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Laranjeiras do Sul. São disponibilizadas até 20 vagas para ingresso no segundo semestre de 2017.

Poderão inscrever-se no processo seletivo candidatos que concluíram curso de nível superior reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), no país e/ou no exterior, e candidatos que comprovem, mediante declaração de Instituição de Ensino Superior, que terão concluído o curso de nível superior até o ato de matrícula.

Inscrições

As inscrições devem ser realizadas de 8 a 22 de maio de 2017, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, na Assessoria Acadêmica/Secretaria de Pós-Graduação, Sala 232, Bloco Docentes/Administrativo, Campus Laranjeiras do Sul.

Serão aceitas inscrições enviadas pelos Correios, exclusivamente via Sedex, aos cuidados da Assessoria Acadêmica (PPGADR) do Campus Laranjeiras do Sul, BR 158, Km 405, Caixa Postal 106, Laranjeiras do Sul-PR, CEP 85301-970, desde que a postagem ocorra até o dia 19 de maio de 2017.

Na inscrição, o candidato deve instruir seu requerimento com os documentos elencados no Edital. Além disso, deverá informar no ato da inscrição a qual linha de pesquisa estará concorrendo.

A relação das inscrições homologadas para o processo seletivo será divulgada a partir de 25 de maio de 2017.

Seleção

- O processo seletivo constitui-se de três etapas diferenciadas, de caráter eliminatório e/ou classificatório, na seguinte ordem:
- Prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório;
- Análise do currículo, de caráter classificatório;
- Entrevista e arguição do pré-projeto de pesquisa e do currículo, de caráter eliminatório e classificatório.

A prova escrita está prevista para ser aplicada no dia 5 de junho, às 14h. Já a divulgação do resultado final deve ocorrer a partir do dia 7 de julho.